

## **Demonstrações Financeiras Anuais Completas**

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.

**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, Rodovia Washington Luis, km 216,8, CEP 13530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.555.926/0001-79, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 16 de março de 2017.

**Linomar Barros Deroldo**  
Diretor Presidente

**Luciano Louzane**  
Diretora Superintendente

**Juan Gabriel Lopez Moreno**  
Diretor de Econômico Financeiro /  
Diretor de Relações com Investidores

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, Rodovia Washington Luis, km 216,8, CEP 13530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.555.926/0001-79, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 16 de março de 2017.

**Linomar Barros Deroldo**  
Diretor Presidente

**Luciano Louzane**  
Diretora Superintendente

**Juan Gabriel Lopez Moreno**  
Diretor de Econômico Financeiro /  
Diretor de Relações com Investidores

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

# **Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A  
Itirapina - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### *Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio*

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de

pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 16 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Audidores Independientes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Contador  
CRC nº 1 SP 253932/O-4



Centrovias S/A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.954	10.924	Empréstimos e financiamentos	11	356	428
Contas a receber	6	20.001	23.612	Debêntures	12	180.926	192.234
Contas a receber - partes relacionadas	13	1	32.062	Fornecedores		11.052	2.867
Despesas antecipadas		958	785	Obrigações sociais	15	1.991	1.768
Impostos a recuperar		5.073	13.826	Obrigações fiscais	13	13.444	12.208
Aplicações financeiras vinculadas	7	47.496	51.726	Contas a pagar - partes relacionadas	13	3.651	2.885
Outros créditos		722	73	Cauções contratuais		6.198	5.999
Total dos ativos circulantes		85.205	133.008	Credores pela concessão	16	13.868	12.745
				Provisão para manutenção em rodovias		22.446	38.530
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	13	3.689	2.982
Contas a receber - partes relacionadas	13	243.043	296.580	Outras contas a pagar		706	124
Despesas antecipadas		282	-	Total dos passivos circulantes		258.327	272.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	16.740	26.686	<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos judiciais	17	103	21	Empréstimos e financiamentos	11	-	355
Imobilizado	9	967	744	Debêntures	12	57.226	217.937
Intangível	10	163.935	202.504	Credores pela concessão	16	5.459	16.903
Total dos ativos não circulantes		425.070	526.535	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17	1.988	1.327
				Provisão para manutenção em rodovias		9.339	20.917
				Total dos passivos não circulantes		74.012	257.439
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>510.275</b>	<b>659.543</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	18	98.801	75.819
				Reservas de lucros		79.135	53.515
				Total do patrimônio líquido		177.936	129.334
				<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>510.275</b>	<b>659.543</b>

Centrovias S/A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota		
	<u>explicativa</u>	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	366.538	382.943
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(149.783)	(196.087)
LUCRO BRUTO		216.755	186.856
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(11.090)	(9.797)
Serviços de terceiros		(2.823)	(3.437)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis		(1.035)	(264)
Consumo		(1.577)	(2.799)
Transportes		(654)	(787)
Seguros/Garantias		(25)	(4)
Provisão para Contingências		(1.236)	(390)
Despesas com Comunicação e Marketing		(1.585)	(1.137)
Depreciação e amortização		(424)	(277)
Diversas		(2.459)	(869)
Gerais e administrativas	20	(22.908)	(19.761)
Remuneração da Administração	13	(1.850)	(1.867)
Tributárias		(88)	(53)
Outras receitas operacionais, líquidas		320	62
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		192.229	165.237
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	56.557	65.534
Despesas financeiras	20	(60.101)	(87.258)
		(3.544)	(21.724)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		188.685	143.513
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8	(51.400)	(43.678)
Diferidos	8	(9.946)	(2.984)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>127.339</u>	<u>96.851</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A Participação de controladores		<u>127.339</u>	<u>96.851</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	<u>1,2548</u>	<u>0,9543</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Subscrito	Capital social		Reservas de lucros			Total
			A integralizar	Integralizado	Legal	Dividendo adicional proposto		
						Lucros acumulados	Total	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>								
Lucro líquido do exercício				75.819	14.168	57.625	-	147.612
Integralização de capital		-	-	-	-	-	96.851	96.851
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal		-	-	-	996	-	(996)	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	(57.625)	(51.221)	(108.846)
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(6.283)	(6.283)
Dividendos adicional proposto		-	-	-	-	38.351	(38.351)	-
Lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>104.798</b>	<b>(28.979)</b>	<b>75.819</b>	<b>15.164</b>	<b>38.351</b>	<b>-</b>	<b>129.334</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>								
Lucro líquido do exercício				75.819	15.164	38.351	-	129.334
Destinações do lucro líquido:							127.339	150.321
Reserva legal		-	22.982	-	-	-	(4.596)	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	4.596	-	(55.514)	(93.865)
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	(38.351)	(7.854)	(7.854)
Dividendos adicional proposto	18	-	-	-	-	59.375	(59.375)	-
Lucros retidos		-	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>104.798</b>	<b>(5.997)</b>	<b>75.819</b>	<b>19.760</b>	<b>59.375</b>	<b>-</b>	<b>177.936</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrovias S/A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS PERÍODOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	373.484	369.932
Receita dos serviços de construção	23.115	42.651
Outras receitas	2.933	2.704
	<u>399.532</u>	<u>415.287</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(16.892)	(21.215)
Custo dos serviços de construção	(23.115)	(42.651)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.889)	(10.396)
Custo da concessão	(7.233)	(9.801)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(22.558)	(51.468)
Outros	(5.399)	(391)
	<u>(86.086)</u>	<u>(135.922)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>313.446</u>	<u>279.365</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(62.059)	(57.158)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>251.387</u>	<u>222.207</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	56.557	65.534
Outros	-	72
	<u>56.557</u>	<u>65.606</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>307.944</u>	<u>287.813</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	20.277	15.615
Benefícios	3.508	5.631
FGTS	1.303	1.394
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	78.042	65.974
Estaduais	3	19
Municipais	18.830	18.600
Outros	-	27
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	48.574	76.680
Aluguéis	1.273	2.277
Outras	8.795	4.745
Remuneração de capitais próprios:		
Juros sobre capital próprio	7.854	6.283
Dividendos	55.514	51.221
Lucro do exercício	63.971	39.347
	<u>307.944</u>	<u>287.813</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrovias S/A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do período	127.339	96.851
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	62.059	57.158
Baixa de ativos permanentes	49	69
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.946	2.984
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	2.526	4.213
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(4.080)	(4.134)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(46.488)	(46.751)
Juros e variações monetárias de empréstimos	33	57
Juros e variações monetárias de debêntures	48.481	73.782
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.023	4.745
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.236	390
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	22.558	44.898
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	3.611	517
Contas a receber - partes relacionadas	(2)	-
Despesas antecipadas	(455)	126
Impostos a recuperar	17.107	(2.819)
Outros créditos	(649)	(3)
Depósitos judiciais	(82)	244
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	6.183	1.620
Fornecedores - partes relacionadas	166	3.557
Cauções contratuais de fornecedores	(545)	(752)
Obrigações sociais	223	(251)
Obrigações fiscais	20.201	42.989
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.784)	(42.636)
Outras contas a pagar	1.134	(1.277)
Credores pela concessão	9	(1)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(575)	(330)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>242.224</u>	<u>235.246</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(647)	(224)
Aquisições de itens do intangível	(62.371)	(99.315)
Aplicação financeira vinculada	(57.415)	(55.564)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	64.344	67.348
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(56.089)</u>	<u>(87.755)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>		
Pagamentos	(426)	(284)
Pagamentos - juros	(34)	(58)
Pagamentos de debêntures - principal	(154.240)	(154.240)
Pagamentos de debêntures - juros	(66.812)	(78.119)
Pagamentos de principal - empresas ligadas	67.000	30.000
Recebimento de Juros - empresas ligadas	58.115	-
Distribuição de juros s/ capital próprio	(5.969)	(5.742)
Pagamento de dividendos	(93.865)	(108.846)
Pagamento de credores pela concessão	(12.856)	(11.940)
Aumento de Capital	22.982	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>(186.105)</u>	<u>(329.229)</u>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>30</u>	<u>(181.738)</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<u>10.924</u>	<u>192.662</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<u><u>10.954</u></u>	<u><u>10.924</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS S/A

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	127.339	96.851
Total do resultado abrangente do exercício	<u>127.339</u>	<u>96.851</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

***Centrovias                      Sistemas***  
***Rodoviários S.A.***

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

Deloitte    Touche    Tohmatsu    Auditores  
Independentes

## CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 11 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$173.122 (R\$139.762 em 31 de dezembro de 2015).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017.



## 2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e 16, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais doze meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e nos termos aditivos modificativos subsequentes da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ocorrida até 31 de maio.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA SP-225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e o km 235 + 040.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$30.383 (R\$2.058 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhoria na infraestrutura, e de R\$44.160 (R\$82.712 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas,

perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

#### Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A

Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

### 4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem e contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

### Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 7)

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11) e debêntures (nota explicativa nº 12)

### Outros passivos financeiros

#### a) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 16.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

#### b) Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

## 4.2 Imobilizado

### a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

## b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

### 4.3 Ativo intangível

#### Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

### 4.4 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 4.5 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

#### 4.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

#### 4.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

##### a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado,

considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

#### b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

#### c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis e trabalhistas para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

### 4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### 4.9 Reconhecimento de receita

#### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.



### Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

#### 4.10 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.11 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

#### 4.12 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 4.13 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(1)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(1)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(2)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e contas bancárias	2.200	1.624
Aplicações financeiras (*)	8.754	9.300
Total	<u>10.954</u>	<u>10.924</u>

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,87% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.338	22.539
Cartões de pedágio a receber	663	507
Receitas acessórias a receber	-	398
Total	<u>20.001</u>	<u>23.612</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 25 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

### Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor da aplicação é de R\$47.496 (R\$51.726 em 31 de dezembro de 2015), as quais foram remuneradas em média 97,19% da variação do CDI.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	188.685	143.513
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(64.153)	(48.794)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	2.670	2.136
Outras diferenças permanentes	137	(4)
Total	<u>(61.346)</u>	<u>(46.662)</u>
 Despesa contabilizada	 (61.346)	 (46.662)
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(51.400)	(43.678)
Diferido	(9.946)	(2.984)
	<u>(61.346)</u>	<u>(46.662)</u>

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Provisão de participação nos lucros	685	716
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.988	1.327
Provisão para manutenção de rodovias	31.785	59.447
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	2.785	1.652
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	28.715	28.715
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(15.623)	(11.814)
	<u>50.335</u>	<u>80.043</u>
Base de cálculo ativa	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>17.114</u>	<u>27.215</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(1.099)	(1.554)
Base de cálculo passiva	(1.099)	(1.554)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(374)</u>	<u>(528)</u>
Base de cálculo		
	<u>49.236</u>	<u>78.489</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>16.740</u>	<u>26.686</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	6.846
2018	6.846
2019	3.422
	<u>17.114</u>

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2014	899	2.918	1.312	5.129
Adições	16	207	1	224
Transferências/Reclassificações	-	-	(1.212)	(1.212)
Alienações/baixas	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31.12.2015	914	3.125	101	4.140
Adições	-	647	-	647
Alienações/baixas	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31.12.2016	914	3.771	101	4.786
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2014	(503)	(2.471)	(146)	(3.120)
Depreciações	(122)	(201)	(16)	(339)
Transferências/Reclassificações	-	-	62	62
Alienações/baixas	1	-	-	1
Saldo em 31.12.2015	(624)	(2.672)	(100)	(3.396)
Depreciações	(125)	(299)	-	(424)
Alienações/baixas	-	1	-	1
Saldo em 31.12.2016	(749)	(2.970)	(100)	(3.819)
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2015	290	453	1	744
Saldo em 31.12.2016	165	801	1	967
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2014	588.476	40.280	9.474	2.308	-	640.538
Adições	34.534	-	-	140	6.834	41.508
Transferências/Reclassificações	1.212	-	-	-	-	1.212
Alienações/baixas	-	-	-	(69)	-	(69)
Saldo em 31.12.2015	624.222	40.280	9.474	2.379	6.834	683.189
Adições	9.884	-	-	36	13.195	23.115
Transferências/Reclassificações	7.316	-	-	-	(7.316)	-
Alienações/baixas	(74)	-	-	(5)	-	(79)
Saldo em 31.12.2016	641.348	40.280	9.474	2.410	12.713	706.225
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(383.420)	(31.491)	(7.405)	(1.488)	-	(423.804)
Amortizações	(49.763)	(6.241)	(577)	(238)	-	(56.819)
Alienações/baixas	(62)	-	-	-	-	(62)
Saldo em 31.12.2015	(433.245)	(37.732)	(7.982)	(1.726)	-	(480.685)
Amortizações	(59.797)	(994)	(577)	(267)	-	(61.635)
Alienações/baixas	26	-	-	4	-	30
Saldo em 31.12.2016	(493.016)	(38.726)	(8.559)	(1.989)	-	(542.290)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	190.977	2.548	1.492	653	6.834	202.504
Saldo em 31.12.2016	148.332	1.554	915	421	12.713	163.935
Taxas de amortização - a.a.	17%	5%	8%	13%		

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.



Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	31.12.2016	31.12.2015	
	Circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>			
Financiamento de veículos – (FINAME) (a)	356	428	355
	<u>356</u>	<u>428</u>	<u>355</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2016	31.12.2015
(a)	Real	Finame	6% a.a.	out/17	Próprio bem	356	783

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

## 12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	181.220	57.280	192.808	218.262
Custo de transação	<u>(294)</u>	<u>(54)</u>	<u>(574)</u>	<u>(325)</u>
Total	<u>180.926</u>	<u>57.226</u>	<u>192.234</u>	<u>217.937</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
1ª emissão - 2ª Série	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	66.229	124.180
2ª emissão - Série única	40.000	CDI + 0,99% a.a.	jun/18	172.271	286.890
				<u>238.500</u>	<u>411.070</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão 2ª Série (a)	15.03.2010	120.000	1.000	27.04.2010	121.899
1ª emissão 2ª Série (a)	18.12.2013	400.000	10.000	25.03.2014	400.527
		<u>520.000</u>			<u>522.426</u>

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 51%. Atualmente esse percentual se encontra em 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do grupo.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam vencimento em 2018.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (c)	-	32.062
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Litoral Sul S.A. (b)	1	-
Total	<u>1</u>	<u>32.062</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (c)	243.043	296.580
Total	<u>243.043</u>	<u>296.580</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.322	1.518
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	194	154
Intervias S.A. (b)	38	-
Vianorte S.A. (b)	179	196
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.918	274
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	-	743
	<u>3.651</u>	<u>2.885</u>
 <u>Controladora</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	3.689	2.982
	<u>3.689</u>	<u>2.982</u>
Total	<u>7.340</u>	<u>5.867</u>

Contas de Resultado:	31.12.2016			31.12.2015		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c)	Despesas gerais (b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	46.488	(12.467)	-	46.751	(11.604)
Coligadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(13.186)	-	-	(2.978)	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	(566)	-	-	-	-	-
Total	<u>(13.752)</u>	<u>46.488</u>	<u>(12.467)</u>	<u>(2.978)</u>	<u>46.751</u>	<u>(11.604)</u>

- (a) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
22.08.2008	01.12.2017	CDI + 1,037% a.a. (i)	-	-	20.000	19.684
18.09.2008	01.12.2017	CDI + 1,037% a.a. (ii)	-	-	15.000	14.511
04.12.2008	01.12.2017	CDI + 1,037% a.a. (iii)	-	-	2.000	1.836
17.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a. (iv)	8.000	7.412	8.000	7.282
18.04.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	39.966	5.555	39.966	164
21.06.2013	01.12.2017	CDI + 1,70% a.a. (v)	-	-	30.000	9.246
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	10.000	3.596	10.000	2.016
20.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	14.233	40.000	7.932
11.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	55.000	19.132	55.000	10.520
07.07.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	10.149	30.000	5.485
			<u>182.966</u>	<u>60.077</u>	<u>249.966</u>	<u>78.676</u>

- (i) Em junho de 2016, a Sociedade recebeu R\$ 42.518, sendo R\$ 20.000 referente à principal e R\$22.518 referente a juros.
- (ii) Em setembro de 2016, a Sociedade recebeu R\$32.323, sendo R\$15.000 referente à principal e R\$17.323 referente a juros incorridos.
- (iii) Em setembro de 2016, a Sociedade recebeu R\$4.202, sendo R\$ 2.000 referente à principal e R\$2.202 referente a juros incorridos.
- (iv) Em setembro de 2016, a Sociedade recebeu parcialmente R\$1.771, referente a juros incorridos.
- (v) Em dezembro de 2016, a Sociedade recebeu R\$44.301, sendo R\$30.000 referente à principal e R\$14.301 referente a juros incorridos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade reconheceu, o montante de R\$656 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$1.194

relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$1.850 (R\$1.867, em 31 de dezembro de 2015), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de março de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

#### 14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$685 e R\$716.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

## 15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Imposto de renda	6.193	5.606
Contribuição social	3.022	3.117
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	429	17
Programa de integração social - PIS	245	251
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.172	1.213
Tributos federais retidos	258	95
Impostos sobre serviços - ISS	2.125	1.909
Total	<u>13.444</u>	<u>12.208</u>

## 16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Circulante				
Direito de outorga	13.369	12.255	13.728	12.587
Parcela variável (a)	499	490	499	490
Total	<u>13.868</u>	<u>12.745</u>	<u>14.227</u>	<u>13.077</u>
Não circulante				
Direito de outorga	5.459	16.903	5.802	18.406
Total	<u>5.459</u>	<u>16.903</u>	<u>5.802</u>	<u>18.406</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	Parcelas		Total
	Circulante	Não circulante	
Quantidade de parcelas	12	5	17

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ao Poder Concedente foi de R\$18.494 (R\$12.856 de parcela fixa e R\$5.638 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam vencimento em 2018.

## 17. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2016
Cíveis	296	1.220	(300)	(559)	657
Trabalhistas	1.031	450	(134)	(16)	1.331
Total	<u>1.327</u>	<u>1.670</u>	<u>(434)</u>	<u>(575)</u>	<u>1.988</u>
	31.12.2014	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2015
Cíveis	292	320	(46)	(270)	296
Trabalhistas	975	142	(26)	(60)	1.031
Total	<u>1.267</u>	<u>462</u>	<u>(72)</u>	<u>(330)</u>	<u>1.327</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$803 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.398 em 31 de dezembro de 2015).



Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$103 (R\$21 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

### Provisão para manutenção

A contabilização da provisão de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	38.530	-	20.917
Adições/Reversões	-	-	-	22.558
Utilizações	-	(53.243)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	3.023
Transferências	-	37.159	-	(37.159)
Saldo em 31.12.2016	-	22.446	-	9.339

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2014	-	30.188	-	33.399
Adições/Reversões	-	-	-	44.898
Utilizações	-	(53.783)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	4.745
Transferências	-	62.125	-	(62.125)
Saldos em 31.12.2015	-	38.530	-	20.917

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$45.638 (R\$67.781 em 31 de dezembro de 2015).

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é de R\$104.798, compostos por 101.483.834 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$98.801 (R\$75.819 em 31 de dezembro de 2015) que representam 95.675.071 ações (73.421.370 em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$22.982, mediante a integralização de 22.254.828 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados em dinheiro.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2016, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$38.351, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2016, a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2016 no montante de R\$55.514, mediante a utilização dos saldos da conta de lucros acumulados a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 30 de setembro de 2016.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro líquido do exercício	127.339	96.851
Reserva legal de 5%	<u>(4.596)</u>	<u>(996)</u>
Base de cálculo	122.743	95.855
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u><u>30.686</u></u>	<u><u>23.964</u></u>
Dividendos antecipados	(55.514)	(51.221)
Juros sobre capital próprio	(7.854)	(6.283)
Dividendos adicionais propostos	<u>(59.375)</u>	<u>(38.351)</u>
	<u><u>(122.743)</u></u>	<u><u>(95.855)</u></u>
Número de ações durante o exercício	101.484	101.484
Dividendos por ação distribuído	(0,62)	(0,57)
Dividendos por ação proposto	<u>(0,59)</u>	<u>(0,38)</u>
Dividendo por ação	<u><u>(1,21)</u></u>	<u><u>(0,94)</u></u>

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$7.854, o qual incide a quantia de R\$1.178, referente ao imposto de renda retido na fonte, sendo o saldo líquido em R\$6.676.

## 19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita de serviços prestados	373.484	369.932
Receita de serviços de construção	23.115	42.651
Outras receitas	2.613	2.704
	<u>399.212</u>	<u>415.287</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita bruta	399.212	415.287
ISSQN	(18.798)	(18.599)
PIS	(2.471)	(2.447)
COFINS	(11.405)	(11.298)
Receita líquida	<u>366.538</u>	<u>382.943</u>

## 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.090)	(9.797)
Serviços de terceiros	(2.823)	(3.437)
Manutenção de bens e conservação	(1.035)	(264)
Depreciação / Amortização	(424)	(277)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.236)	(390)
Comunicação e marketing	(1.585)	(1.137)
Seguros/Garantias	(25)	(4)
Consumo	(1.577)	(2.799)
Transportes	(654)	(787)
Indenizações	(656)	(273)
Outros	(1.803)	(596)
Total	<u>(22.908)</u>	<u>(19.761)</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(23.115)	(42.651)
Com pessoal	(12.144)	(13.350)
Serviços de terceiros	(9.647)	(8.966)
Conservação	(7.272)	(8.338)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(643)	(974)
Consumo	(1.929)	(2.254)
Transportes	(2.768)	(3.670)
Custos com o poder concedente	(5.647)	(5.588)
Seguros / Garantias	(1.586)	(1.917)
Provisão de manutenção em rodovias	(22.558)	(51.468)
Depreciação / Amortização	(61.635)	(56.881)
Outros	(839)	(30)
Total	<u>(149.783)</u>	<u>(196.087)</u>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.109	18.783
Juros ativos	46.488	46.751
Outras receitas	2.960	-
Total	<u>56.557</u>	<u>65.534</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(49.216)	(74.864)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.023)	(4.745)
Atualização montária do ônus da concessão	(2.526)	(4.213)
Outras despesas	<u>(5.336)</u>	<u>(3.436)</u>
Total	<u>(60.101)</u>	<u>(87.258)</u>

## 22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	15.905	20.997
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	3.689	2.982
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(55.161)	(78.804)

## 23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	127.339	96.851
Número de ações durante exercício	<u>101.484</u>	<u>101.484</u>
Lucro por ação	<u>1,2548</u>	<u>0,9543</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2016			31.12.2015		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	10.954	-	-	10.924	-
Partes relacionadas	Nível 2	243.044	-	-	328.642	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	20.001	-	-	23.612	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	47.496	-	-	51.726	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	-	17.250	-	-	8.866
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	356	-	-	783
Debêntures	Nível 2	-	-	238.152	-	-	410.171
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	7.340	-	-	5.867
Credores pela concessão	Nível 2	-	-	19.327	-	-	29.648
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	706	-	-	124
		<u>263.045</u>	<u>58.450</u>	<u>283.131</u>	<u>352.254</u>	<u>62.650</u>	<u>455.459</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

#### Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

#### Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

## 25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(15.342)	(18.891)	(22.267)
Receita de aplicações financeiras	5.490	6.863	8.235
Receita financeira de mútuo (*)	27.623	33.862	39.718
Juros a incorrer líquido(*)	17.771	21.834	25.686
IPCA	4,51%	5,64%	6,77%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(2.035)	(2.219)	(2.401)
Juros a incorrer líquido(*)	(2.035)	(2.219)	(2.401)
Juros a incorrer (*)	<u>15.736</u>	<u>19.615</u>	<u>23.285</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.



Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.338 (R\$22.539 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	Total
Debêntures - CDI	15,20%	68.265	60.346	128.611
Debêntures - IPCA	15,80%	130.333	-	130.333
Finame	6,00%	365	-	365
Credores pela concessão	7,20%	13.918	5.960	19.878
		<u>212.881</u>	<u>66.306</u>	<u>279.187</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2017	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	Total
Debêntures - CDI	15,20%	-	67.091	-	63.242	130.333
Debêntures - IPCA	15,80%	68.265	-	-	-	68.265
Finame	6,00%	111	110	108	36	365
Credores pela concessão	7,20%	3.383	3.383	3.576	3.576	13.918
		<u>71.759</u>	<u>70.584</u>	<u>3.684</u>	<u>66.854</u>	<u>212.881</u>

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	27.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	148.561

(\*) Por sinistro

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Companhia” ou “Centrovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

**CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Companhia iniciou suas operações em 9 de junho de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luís (Cordeirópolis a São Carlos), SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú) e SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 21 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 19 de junho de 2019. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

<b>Nome da praça</b>	<b>Localização</b>	<b>Tarifa (R\$)</b>
Itirapina	SP 310/ KM 217	5,00
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	8,30
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	7,00
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	8,10
Jaú	SP 225/ KM 199 + 380	10,40

## **EVENTOS RELEVANTES**

### **TERMO ADITIVO MODIFICATIVO**

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração: (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e está vigente e aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP-M, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2016, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

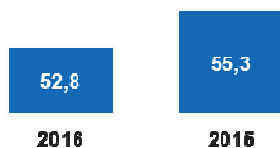
## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Tráfego

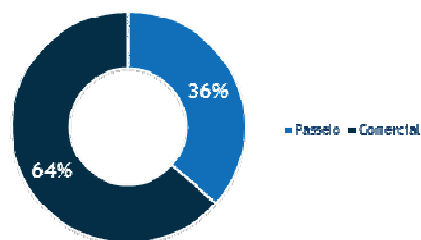
O tráfego pedagiado totalizou 52,8 milhões de veículos equivalentes em 2016, 4,5% inferior quando comparado ao exercício anterior. A significativa queda observada tem como principais fatores: desaceleração da atividade econômica brasileira, queda de consumo, de renda e de produção industrial e aumento na taxa de desemprego.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2016 foi de 64% de veículos pesados e 36% de veículos leves.

**Tráfego Pedagiado**  
Veículos Equivalentes (milhões)



**Composição do Tráfego**  
Ano 2016



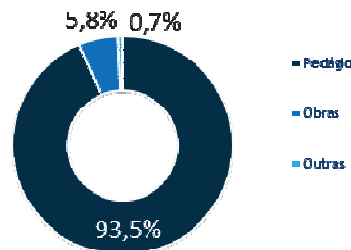
### Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$399,2 milhões em 2016, redução de 3,9% em relação aos R\$415,3 milhões registrados em 2015.

**Receita Bruta**  
(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**  
Ano 2016



A receita de pedágio apresentou aumento de 1,0%, passando de R\$369,9 milhões em 2015 para R\$373,5 milhões em 2016, justificado pelo reajuste das tarifas básicas praticadas em 9,32% à partir de 01/07/2016, com base na evolução do IPCA entre os meses de junho de 2015 e maio de 2016, levando em consideração, além da previsão contratual, o Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 14/2011, formalizado em 26/06/2015, compensado pela redução do tráfego no período, mencionada e justificada acima.

Já a receita de obras, proveniente da realização de investimentos no intangível, registrou redução de R\$19,5 milhões, passando de R\$42,7 milhões em 2015 para R\$23,1 milhões em 2016 tendo como destaque a finalização das obras nas vias marginais de Jaú em 2015. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,6 milhões mantendo-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2016, a Companhia obteve receita líquida de R\$366,5 milhões, R\$16,4 milhões inferior ao ano de 2015, justificadas pelas informações já citadas acima.

**Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Custo dos serviços de construção	(23,1)	(42,7)	-45,8%
Serviços de terceiros	(14,1)	(13,5)	3,8%
Pessoal	(23,2)	(23,1)	0,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(22,6)	(51,5)	-56,2%
Conservação	(9,0)	(9,6)	-6,5%
Custos com poder concedente	(5,6)	(5,6)	1,1%
Seguros e garantias	(1,6)	(1,9)	-14,7%
Remuneração da administração	(1,9)	(1,9)	-0,9%
Consumo	(3,5)	(5,1)	-30,6%
Outros	(7,7)	(5,7)	34,6%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(112,3)</b>	<b>(160,5)</b>	<b>-30,1%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram redução de 30,1% em 2016 em comparação ao exercício de 2015. A variação de R\$48,3 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$19,5 milhões com os custos dos serviços de construção em razão da finalização das obras nas vias marginais de Jaú em 2015;
- Redução de R\$28,9 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em função do andamento das obras de 3ª intervenção na SP-225 (Km 91 ao KM 177) e 4ª intervenção na SP-225 (Km 177 ao KM 183);

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receita líquida	366,5	382,9	-4,3%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(112,3)	(160,5)	-30,1%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>254,3</b>	<b>222,4</b>	<b>14,3%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	22,6	51,5	-56,2%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>276,8</b>	<b>273,9</b>	<b>1,1%</b>

<sup>1</sup> EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício."

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercícios fiscais futuros.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2016 em R\$276,8 milhões com aumento de 1,1% em relação ao ano anterior. Essa variação foi gerada principalmente pelo aumento da receita de pedágio uma vez que os custos e despesas permaneceram equilibrados.

### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receitas Financeiras	56,6	65,5	-13,7%
Despesas Financeiras	(60,1)	(87,3)	-31,1%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(3,5)</b>	<b>(21,7)</b>	<b>-83,7%</b>

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$3,5 milhões, representando uma melhora de 83,7% em relação ao ano de 2015.

- As receitas financeiras apresentaram redução de 13,7%, que correspondeu a R\$8,9 milhões. Esta redução deve-se aos resgates de aplicações financeiras e pagamento de contratos de mútuo realizados ao longo do exercício.



- As despesas financeiras sofreram redução de R\$27,2 milhões (31,1%) em consequência das amortizações de parcelas de principal e juros dos contratos de 1ª e 2ª emissão de debêntures.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com lucro líquido de R\$127,3 milhões, aumento de 31,5% em comparação ao exercício de 2015. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram: (i) incremento na receita de pedágio e (ii) redução dos custos e despesas operacionais e despesas financeiras.

#### Lucro Líquido (R\$milhões)



### Endividamento

Endividamento			
R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>238,5</b>	<b>411,0</b>	<b>-42,0%</b>
Curto Prazo	181,3	192,7	-5,9%
Longo Prazo	57,2	218,3	-73,8%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	(58,5)	(62,7)	-6,8%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>180,1</b>	<b>348,3</b>	<b>-48,3%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento bruto totalizou R\$238,5 milhões, apresentando redução de R\$172,5 milhões (42,0%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização de principal e juros provenientes das operações de 1ª e 2ª Emissão de debêntures.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2016 em R\$180,1 milhões, apresentando

## Centrovias



redução de R\$168,2 milhões em relação ao montante de R\$348,3 milhões registrado no encerramento do exercício de 2015, resultado da redução do saldo devedor das operações de debêntures. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 0,68x.

### DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

<b>Proventos em Dinheiro</b>	<b>Deliberado em</b>	<b>Pagamento em</b>	<b>Valor</b>
Dividendos	30/09/2016	30/09/2016	R\$ 93,9 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	30/09/2016	30/09/2016	R\$ 6,0 milhões

### INVESTIMENTOS

Em 2016, a Centrovias investiu R\$17,4 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$45,6 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- Implantação Sistema Viário SP-225/SP-310 Itirapina – Honda;
- 3ª intervenção programada de pavimento das rodovias SP 225 e SP 310;
- recuperação de obras de arte;
- implantação de sinalização (horizontal e vertical) e dispositivos de segurança;
- sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.

### RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2016	2015
Empregos diretos	276	271
Rotatividade	1,01%	4,06%

## Centrovias



No que concerne à diversidade, a Centrovias apresenta uma participação majoritária de 79,6% de mulheres, contra 20,4% de homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 82% dos profissionais. Vale mencionar que 18% possuem superior completo.

Ao longo de 2016, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 4.310 horas de treinamento, o que corresponde, em média, de 15:61 horas de treinamento por profissional.

### **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

#### **Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade**

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A Arteris possui ações em seis áreas:

#### **Segurança**

Com a meta de reduzir em 50% o total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020, a Arteris reforça constantemente as ações relativas à segurança viária. A Arteris criou o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), responsável por estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias. Desde setembro de 2014, a companhia realiza o Mês da Segurança Arteris, ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias.

#### **Educação**

A educação e a humanização do trânsito são prioridade na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que há 15 anos desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública relacionadas à segurança no trânsito. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito em 2016. A mesma estratégia é aplicada para educadores e educandos com temas relacionados à questão ambiental por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações como o Passarela Viva, Viva Pedestre, Viva Ciclista, Viva Motociclista, Viva Seguro – que promove mensagens de segurança em empresas lindeiras –, e, desde 2016, o Viva Comunidade, que leva para as cidades os programas sociais já desenvolvidos em nossas rodovias, além de outros voltados à sustentabilidade, saúde e bem

## Centrovias



estar. No ano passado a empresa também criou o “Tô de Cinto, Tô Seguro”, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público de longa distância.

### **Saúde**

O Programa Saúde na Boleia já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

### **Meio Ambiente**

A Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

### **Projetos culturais, sociais e esportivos**

A fim de promover cultura, esporte e saúde às cidades e municípios onde a Arteris atua também faz parte das estratégias da companhia o apoio a projetos locais por intermédio do incentivo fiscal.

Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar a essas pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pela empresa em parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages/SC, Meia Maratona Rio Mafra, Projeto Kimono de Ouro de Araras/SP, Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

## **Centrovias**



### **Voluntariado**

O programa de voluntariado empresarial oferece aos colaboradores do grupo Arteris a possibilidade de participarem de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando assim, valor ao negócio. O Programa Voluntários tem como objetivo construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os colaboradores, comunidade e empresa.

### **AGRADECIMENTOS**

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

**Centrovias**



**Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

**Diretoria**

*Linomar Barros Deroldo*  
Diretor Presidente

*Juan Gabriel Lopez Moreno*  
Diretor de Econômico Financeiro / Diretor  
de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michielin*  
Diretora Jurídica

**Conselho de Administração**

*David Antonio Díaz Almazán*  
Conselheiro

*Marta Casas Caba*  
Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*  
Conselheiro